

# O PCP, a defesa da Contratação Colectiva no SEE e a Proposta de Orçamento de Estado para 2017

Logo na primeira posição pública tomada face à proposta de Orçamento de Estado, o PCP destacou que: «Ainda que de forma insuficiente foi possível, com a intervenção decisiva do PCP, abrir caminho para dar respostas a questões dos trabalhadores das empresas ao Sector Empresarial do Estado, designadamente com a reposição dos instrumentos de contratação colectiva nas matérias referentes ao subsídio de refeição, ao trabalho suplementar e ao trabalho nocturno, que é necessário alargar às restantes matérias de modo a restabelecer o direito à contratação colectiva consagrado na Constituição.».

Esses avanços que se registaram foram em três matérias concretas, onde passa a vigorar a contratação colectiva: o subsídio de refeição, o trabalho extraordinário e complementar, o trabalho nocturno. Estas medidas têm impactos concretos, ainda que não abranjam todos os trabalhadores.

No que respeita ao **subsídio de refeição**, as implicações serão essencialmente duas: os trabalhadores que entraram nos últimos anos, a quem estava a ser imposto um subsídio de refeição inferior ao do AE, passarão a ter direito ao subsídio previsto no AE (na maior parte das empresas, fruto da luta travada, já era essa a situação); as empresas deixam de estar proibidas de ter refeitórios com preços apoiados. No que respeita ao **trabalho extraordinário e complementar**, os impactos serão maiores, principalmente nos sectores operacionais com trabalho por turnos, muito fruto do fim do roubo do justo pagamento dos dias feriados, mas todo o trabalho extraordinário deixará de sofrer roubos e voltará a ser pago como manda a contratação colectiva (os ferroviários, que através da luta já tinham recuperado o direito ao pagamento quase conforme com a contratação colectiva será onde esta medida terá efeitos menores). Sobre o **trabalho nocturno**, ele já era pago conforme a contratação colectiva na generalidade das empresas, mas havia alguns roubos que agora desaparecem.

Dito isto, importa ter presente que **estes avanços**, no sentido certo mas com reduzido impacto na vida dos trabalhadores das empresas de transporte do SEE, **não podem fazer esquecer que o Governo, nesta proposta de OE, viola o compromisso assumido com os trabalhadores do sector no OE para 2016**, pois mantém o congelamento das progressões na carreira, das anuidades e

diuturnidades, e continua a impor o princípio da não valorização salarial. E isto é inaceitável!

O Orçamento de Estado contém ainda outras matérias negativas no que ao sector diz respeito: continua a apontar para uma redução do número de trabalhadores (ao contrário do que exige a realidade); continua a prever o congelamento de investimentos inadiáveis (apesar da propaganda feita a quaisquer 10 milhões que se orçamentem); continua a política de recusa de justas indemnizações compensatórias às empresas.

OE , Despesas com o Salário Base Previstas		
Empresa	2016	2017
Metro	26,2 M€	25,8 M€
CP	35,3 M€	36,1 M€
Transtejo	3,26 M€	3,17 M€
Soflusa	1,45 M€	1,49 M€
IP (CIT)	18,4 M€	12,5 M€

O quadro síntese acima publicado, com as verbas destinadas ao pagamento de salários base nos Orçamentos de Estado de 2016 e 2017 das empresas nele incluídas, é bem o exemplo de que esta proposta de Orçamento não se propõe repor os rendimentos roubados aos trabalhadores nem repor os quadros de pessoal que estão abaixo das necessidades operacionais.

**O PCP vai continuar a lutar pela alteração da proposta de Orçamento de Estado.** Não aceitamos o argumento de que «não há dinheiro» e recordamos que o que o Orçamento destina ao Metro para pagar juros (84,4 M€) é superior a todas as despesas de salários acima referidas. E não aceitamos que apesar de crescer o PIB, e apesar dos ricos estarem cada vez mais ricos, os trabalhadores do SEE tenham hoje salários nominais de 2008!

Mas que não haja ilusões: só a luta dos trabalhadores criará as condições para que novas e positivas alterações sejam introduzidas no OE2017 antes da sua votação final a 29 de Novembro. É esse o apelo deste comunicado: **um apelo à unidade e à luta dos trabalhadores das empresas de transporte no SEE, um apelo à luta em defesa da contratação colectiva**, Podem contar com o PCP!

24 Outubro 2016

sector.transportes@dorl.pcp.pt

Sector Transportes da OR Lisboa  
Partido Comunista Português

